



Entrevista coletiva concedida pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, sobre a viagem à China

Palácio do Planalto, 11 de maio de 2004

Presidente: ... começar essa conversa com vocês e, depois da minha breve e sucinta exposição, o Celso Amorim poderia dizer umas palavras, e aí poderíamos abrir para as perguntas.

Vocês sabem que nós estamos completando 30 anos de boas relações entre o Estado brasileiro e o Estado chinês. E que há uma determinação dos dois países de que as nossas relações têm que ser estratégicas, pensadas não apenas do ponto de vista comercial, mas do ponto de vista científico e tecnológico, cultural, militar, enfim, que seja uma aliança efetivamente ampla. A China já é o nosso terceiro parceiro comercial; o segundo individual. E isso faz com que haja o interesse extraordinário, não apenas do governo brasileiro e do governo chinês, mas um interesse especial de empresários brasileiros e de investidores chineses.

Nesses últimos meses, nós temos recebido muitas delegações de representantes do governo chinês, para discutir conosco investimentos e parcerias no Brasil. Nós temos recebido uma enormidade de empresários brasileiros que querem estabelecer contato com empresários chineses, com o governo chinês, no sentido de estabelecerem parcerias comerciais entre as suas empresas.

A Petrobrás vai inaugurar um escritório na China. Isso, para nós, é um bom sinal, porque a Petrobrás significa muito para a economia brasileira e para o fortalecimento da relação do Brasil no mundo. Essa viagem para a China tem uma participação empresarial muito grande, nós estamos perto de 400 empresários que querem fazer a viagem para a China. E nós estamos



pensando em fazer dessa viagem uma das mais importantes viagens de negócios e uma das grandes viagens políticas do governo brasileiro.

Obviamente, essa relação com a China não começa conosco e nem terminará conosco, ou seja, essa é uma relação que nós queremos que seja, efetivamente, estratégica e duradoura e que os dois países tenham a possibilidade de influir no mundo político, no mundo econômico e no mundo comercial, em função do seu tamanho, em função da grandeza de cada país e em função da capacidade econômica de cada um dos países.

Com essa viagem, nós estaremos coroando o resultado de uma política externa que foi coroada de muito êxito, em tudo que nós nos propusemos a fazer desde o dia 1º de janeiro do ano passado. Foram muitas viagens, foram, acho, 29 viagens. Viajamos por muitos países com o interesse de plantar coisas que o Brasil pudesse colher, mas também plantar coisas que outros países pudessem colher.

Em todas as viagens, eu brincava muito com o ministro Furlan e com o ministro Roberto Rodrigues – eu dizia que eles são especialistas em vender, mas que na relação internacional nós precisamos vender e comprar ao mesmo tempo, porque o correto é que tenhamos uma relação comercial mais ou menos equilibrada, em que não haja uma vantagem muito grande de um país sobre o outro, porque isso não é correto do ponto de vista da boa relação comercial, do crescimento econômico de cada país, da geração de emprego em cada país. E o resultado que nós obtivemos, até agora, tem sido satisfatório para nós.

Nós estamos aumentando as nossas exportações em todos os países que nós visitamos; têm duplicado as comitivas e as delegações empresariais, tanto do Brasil para esses países, como desses países para o Brasil.

A nossa embaixadora na Índia me disse que de todo o tempo em que ela esteve lá, ela nunca foi tão procurada, a Embaixada nunca foi tão utilizada como está sendo agora, pelo interesse dos empresários da Índia no Brasil. Eles



até tiveram a sabedoria de montar um grupo de empresários aqui, no Brasil, antes de nós. E nós achamos que, em função desse sucesso, a China tem tudo para ser a grande viagem deste ano, pela importância da China, pelos interesses que a China tem no Brasil, pelos interesses que o Brasil tem na China, pela similaridade dos dois países, pelas necessidades de combate às necessidades sociais do povo, mas também pela necessidade do crescimento econômico de cada país, pela nossa relação extraordinária, de pensamento comum nas Nações Unidas e na Organização Mundial do Comércio. E isso faz com que a gente tenha certeza que, a partir dessa viagem, a relação com a China será infinitamente melhor.

Nós, logo, logo, teremos vôo direto da China para o Brasil e do Brasil para a China. Isso tem acontecido com outros países. Nós achamos que o turismo é um campo importante, em que nós poderemos trocar as nossas experiências. Mas, sobretudo, eu acho que é no campo científico e tecnológico que nós poderemos tirar proveito das nossas relações.

Na política espacial nós temos muita coisa em comum e poderemos fazer grande parceria. E, na questão das parcerias industriais, sobretudo no setor ferroviário, no setor siderúrgico e no agronegócio, nós temos grandes possibilidades de fortalecer essa relação com a China.

Eu espero que a imprensa brasileira que viaja para a China tenha oportunidade de, viajando antes que a delegação oficial do governo, conversar com os grupos e instituições de investimento da China, para descobrir o potencial e os interesses deles de investimento no Brasil. E que possam fazer com que os empresários chineses, o governo chinês e os investidores chineses tenham, cada vez mais, interesse no Brasil.

Quando nós falamos no Brasil nós pensamos no país mas, também, na América do Sul e no Mercosul, porque tudo isso significa uma porta de entrada da China no mercado da América do Sul, como também nos países do Mercosul.



Eu disse quase 400 empresários, na verdade são 421 empresários, que já estão inscritos para nos acompanhar. Eu não sei se em algum outro momento da história do Brasil teve esse interesse – a informação que nós temos é que o máximo a que nós chegamos foi 150 empresários viajando, acompanhando uma delegação oficial – e como ainda falta uma semana para viajarmos, quem sabe tenha outros empresários brasileiros interessados em ir para a China.

Vários governadores irão para a China, alguns irão à frente, outros irão comigo; vai o governador de Minas Gerais; vai o governador de São Paulo; deve ir o governador da Bahia; deve ir o governador do Espírito Santo; deve ir o governador do Piauí; outros governadores possivelmente irão, porque tem um encontro, um debate do Banco Mundial, e alguns governadores estão sendo convidados. Acho que é o grande momento dos empresários e dos governadores brasileiros dizerem, de viva voz, o que os seus estados têm para oferecer na parceria com os investidores chineses.

Acho que esta viagem pode dar uma contribuição enorme para que, ao comemarmos 30 anos de relação com a China, a gente não tenha nenhuma dúvida de que a nossa relação está definitivamente consolidada e que nós esperamos, junto com a China, com a Índia, com a África do Sul e, quem sabe, a partir da vinda do presidente Putin ao Brasil no, final do ano, possamos construir a possibilidade de uma nova geografia comercial no mundo.

Todos nós sabemos da importância dos Estados Unidos e da União Européia nessa relação; agora, todos nós sabemos, também, das dificuldades e dos limites a que chegamos nessas negociações por conta de subsídios, por conta de brigas que temos que fazer na Organização Mundial do Comércio.

Eu sempre digo ao meu companheiro Celso Amorim que uma das formas que a gente tem de fazer com que parceiros importantes como a União Européia e Estados Unidos flexibilizem na relação com o Brasil é ter outras relações tão fortes que eles percebam que a gente não precisa tanto deles ou



que não estamos tão dependentes deles, que existem outros mercados com os quais temos similaridades e que podemos crescer de forma extraordinária.

Depois das nossas viagens vocês receberam os números – as nossas exportações cresceram 35,9% na África do Sul; em Angola, 39,5%; no Egito, 102%; na Síria não tinha praticamente nada e cresceram 735%; no Líbano, 53%; na Líbia, 109%; e a média da América do Sul cresceu 61%, numa demonstração de que a nossa estratégia de política internacional deu certo e vai continuar dando certo, sobretudo quando nós conseguirmos fazer essa integração: China, Brasil, América do Sul, outros países com a América do Sul, a União Européia com a América do Sul.

Nós vamos criar as condições para ter uma nova geografia comercial no mundo. Eu trabalho com essa idéia e acho que o Brasil, hoje, tem força suficiente junto com estes parceiros, para que a gente possa conversar de igual para igual com aqueles que sempre determinaram a lógica comercial do mundo contemporâneo.

Era isso que eu queria dizer para vocês. O companheiro Celso vai falar umas palavras, porque, na verdade, nós temos muitos acordos para assinar na China. O Celso poderia dizer quais os acordos principais que a gente vai assinar na área da agricultura, na área espacial, na área da educação, na área da saúde e aí estaremos abertos para que vocês possam fazer as perguntas que entenderem corretas.

Jornalista: O senhor não falou dos ministros que vão.

Presidente: Os ministros que vão, se eu tiver de cabeça, eu vou dizer aqui: vai o ministro Celso Amorim; o ministro Luiz Furlan; o ministro Roberto Rodrigues; o ministro Guido Mantega – porque na questão do planejamento nós vamos discutir o PPP com o governo chinês; vai a ministra de Minas e Energia; e o ministro do Turismo; eu acho que o Patrus Ananias vai, porque nós vamos ter o



debate com o Banco Mundial, um debate importante, em que vários países estarão presentes; vai o BNDES; deve ir a Embrapa; vai a Petrobrás e o Banco do Brasil. Nós vamos entrar em campo com o nosso time máximo.

Jornalista: (inaudível)

Presidente: O Palocci vai, mas o Palocci não vai para Pequim, o Palocci vai direto para Xangai, para o debate do Banco Mundial. Agora, estamos entrando com a seleção máxima para que nem a gente ganhe, nem deixe os chineses ganharem; que a gente saia de lá empatado e que os dois possam se classificar para os próximos passos.

Jornalista: A Ciência e a Tecnologia também?

Presidente: A Ciência e a Tecnologia também.

Jornalista: (inaudível)

Presidente: Não. A Defesa é uma ação à parte. Nós entendemos que o ministro Viegas deva, depois, fazer uma viagem à China para discutir assuntos ligados à Defesa e à questão espacial, mas não nessa viagem.

Companheiro Celso Amorim.

Ministro Celso Amorim: Eu acho que o Presidente já abordou praticamente todos os temas; evidentemente que há vários acordos e alguns estão sendo ainda finalizados. Eu destacaria também, além das questões que o Presidente já destacou, o interesse chinês nos programas sociais brasileiros e na troca de experiências nesse campo.

Uma coisa também importante – que é o quadro dessa relação – é que a



China, sempre quando se refere à parceria estratégica, diz que o Brasil é o maior país em desenvolvimento do hemisfério Ocidental e a China é o maior país em desenvolvimento do hemisfério Oriental. Então, essa parceria estratégica já vem definida há algum tempo, mas ela vai ter, agora, um salto de qualidade. É isso que acho que é muito importante em todas essas áreas que o Presidente mencionou, muitas das quais serão objeto de acordos específicos como no turismo, por exemplo, em questões que permitam avançar mais na cooperação espacial como, por exemplo, um acordo para venda de imagens a terceiros países. Mas eu diria que, além do que foi objeto de acordo entre os governos, especificamente, são essas grandes oportunidades de investimentos de comércio que se apresentam agora.

No plano político, a China e o Brasil – como disse o Presidente – têm pontos de vistas muito similares em tudo o que diz respeito à ordem internacional e a posição chinesa é muito importante com relação à reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Quando estive lá, há pouco tempo, para preparar a visita do Presidente, não só as autoridades chinesas, – a China tem um representante, como, aliás, o Brasil tem também, na Comissão de alto nível criada pelo secretário-geral Kofi Annan – mas em todos eles eu pude notar uma grande simpatia pelas idéias brasileiras com relação à reforma do Conselho de Segurança e às próprias aspirações brasileiras de ser membro permanente do Conselho de Segurança.

Então, eu diria que há uma variedade de dimensões, não só econômico-comercial, mas também científica e tecnológica e nos mais variados campos, da soja ao software, do satélite ao aço e ao minério de ferro, da ferrovia às novas linhas aéreas, ao petróleo. Há ações bilaterais, estritamente, e também há ações em terceiros países, como pode acontecer, por exemplo, em relação ao petróleo. Então, é um campo ampliadíssimo em que essa relação estratégica poderá ter, como eu disse, um salto qualitativo.

Eu acho que o Presidente já cobriu, praticamente, quase tudo. Há



apenas uma questão a que me referiria, e que também deverá ser criada, já está ultimada a negociação: deverá ser criada, na visita do Presidente, uma comissão bilateral de alto nível que a China tem como muito poucos países; o Brasil tem com a Rússia, por exemplo, uma comissão desse tipo; então, nós vamos ter uma semelhante com a China, que permitirá tratar não só de aspectos políticos, mas de todos os temas da cooperação bilateral, de maneira ampla.

Eu acho que é isso, Presidente. Talvez, nas perguntas, surjam alguns outros pontos específicos.

Presidente: Deixem-me dar só um dado para que vocês tenham noção de como será eclética a delegação empresarial: estarão participando os setores aeronáutico, aeroespacial, agropecuário, pesqueiro, de calçados, de couro, de celulose, de construção civil, de construção naval, de energia, de engenharia, de máquinas e equipamentos, de materiais elétricos e eletrônica, de material de consumo, de mobília, de moda, de design, de tecnologia de comunicação e de comunicação. Nós estamos otimistas de que os negócios sejam os maiores já feitos entre dois países.

_____ : Podemos começar pelo Yang.

Ministro Celso Amorim: Só para completar uma coisinha, aqui, um assunto muito caro a mim, Presidente. É que o Presidente se referiu à cooperação na OMC. É preciso dizer que a China é um membro ativo e dos mais importantes do Grupo dos 20 e, portanto, à margem, naturalmente, das conversas principais do Presidente com seus pares, nós também teremos ocasião de, mais uma vez, voltar a tratar deste tema que é muito importante para os dois países em relação a rodadas de negociações comerciais da OMC, eliminação de subsídios, etc.



Jornalista Yang Limin – Agência Nova China no Brasil: Em primeiro, quero expressar, antecipar, nossa (...) ao presidente da China. Minha pergunta é: como o senhor avalia a relação entre a China e o Brasil, o estabelecimento de relações diplomáticas nesses 30 anos? E quais são as perspectivas que (...) poderia trazer para ampliar a parceria estratégica entre os dois países? Obrigado.

Presidente: Olha, eu, na verdade, comecei falando isso. Eu vou voltar, aqui, a dizer o seguinte: primeiro, nós estamos felizes com os 30 anos da relação Brasil-China. Eu penso que, em pouco tempo, nós estamos provando que é possível a gente recuperar o tempo perdido nessas relações.

O mundo ocidental, quem sabe, tenha perdido muito tempo nessa relação com a China. Eu acho que nesse pouco tempo em que nós estreitamos uma relação comercial profunda, nós provamos que é possível a gente recuperar isso. No tempo em que a gente tinha apenas relações diplomáticas mas não tinha relações políticas e nem comerciais era muito difícil.

Eu penso que depois que os Estados Unidos tomaram a decisão de que, independentemente das divergências ideológicas, eram parceiros comerciais preferenciais da China, isso abriu as portas para que todos os países resolvessem achar que a China é o parceiro comercial preferencial.

Acho que, mais do que essa relação comercial, mais do que essa expectativa de crescimento entre o comércio de China e Brasil, há uma solidez no comportamento político do governo chinês e do governo brasileiro, a ponto de entenderem que têm que estar juntos nas Nações Unidas, para que se consiga democratizar as Nações Unidas e fazer com que mais países entrem como membros permanentes no Conselho de Segurança.



Da mesma forma que nós estamos estabelecendo uma parceria em que precisa ficar claro que nós estamos atuando juntos porque pensamos de igual forma sobre a Organização Mundial do Comércio, sobre o direito de os países em desenvolvimento partilharem um pouco da riqueza produzida no mundo e fazer com que os nossos produtos sejam vendidos em mais países.

Então, a expectativa que eu tenho é que a gente dê um passo a mais no sentido de consolidar, de forma mais definitiva, essa aliança China-Brasil. Eu acho que será a mais importante viagem, a que trará maiores benefícios de curto, médio e longo prazo na relação China-Brasil.

Jornalista: Qual é o significado da sua visita à China?

Presidente: Olhe, o significado é...

Ministro Celso Amorim: (...) do Itamaraty, que a gente sempre pede: o sentido da visita.

Presidente: Eu tive a oportunidade de ir à China dois anos antes das eleições. Esta é a minha segunda viagem à China. E o sentido desta viagem é dar cumprimento à política externa que o meu governo resolveu colocar em prática, desde que tomamos posse. Ou seja, o Brasil não pode ser coadjuvante no cenário político internacional. O Brasil não tem que pedir licença para ninguém. O Brasil tem maioria e acredita na possibilidade de criar um bloco internacional capaz de facilitar as relações políticas e comerciais entre os países.

Foi essa decisão que nos levou a acreditar no fortalecimento do Mercosul. Foi essa decisão que nos levou a entender que toda a América do Sul poderia participar do Mercosul. Foi essa decisão que fez com que fizéssemos inúmeras tentativas para trazer a União Européia para fazer um



acordo com o Mercosul, que esperamos concluir até o final do ano. Foi essa decisão que fez com que fizéssemos uma grande viagem para a África, e vamos repeti-la a partir de julho, visitando mais três países. Foi essa decisão que nos levou a visitar os países árabes e a marcar com eles uma reunião no Brasil, em dezembro, entre todos os países da América do Sul e todos os países árabes. Foi essa decisão que nos levou a montar o G-3, num acordo entre Brasil, África do Sul e Índia.

É essa decisão que, agora, nos leva à China, no sentido de criar uma política externa brasileira sólida, robusta, no sentido de criar uma força política capaz de fazer com que os países em desenvolvimento sejam levados em conta nos organismos internacionais que tomam as grandes decisões que regem a economia mundial, que regem a política mundial e que regem o comércio mundial. E isso, eu penso, nós estamos consolidando com essa viagem à China.

Jornalista Li Xiaoyu – Rádio Internacional da China no Brasil: (Rádio que tem programa em 43 línguas e, inclusive, em uma hora, tem em português, para o Brasil) A minha pergunta é: atualmente, muitas empresas chinesas têm mostrado vontade e interesse em lançar investimentos no Brasil ou ampliar o comércio com o Brasil. Que políticas preferenciais o seu governo vai oferecer a essas empresas chinesas? E que facilidades proporcionará? Obrigado.

Presidente: Nós estamos aprovando agora, no Senado, a Parceria Público-Privada, que é uma forma interessante que nós queremos utilizar para atrair não apenas o capital interno brasileiro, de empresas nacionais, mas capitais de empresas multinacionais e de grupos da China interessados em fazer investimentos.

Nós sabemos do interesse da China, por exemplo, no setor hidroferroviário, no setor siderúrgico; nós sabemos da preocupação da China



em garantir que haja facilidade no escoamento da produção do Brasil para a China; nós sabemos do interesse da China no setor madeireiro, na questão espacial, na construção de aviões, na questão do petróleo.

Então, o que estamos fazendo é estabelecer parcerias, acordos entre empresas e o governo chinês ou grupos de investidores chineses para que possamos estabelecer as regras mais democráticas possíveis, em que o governo brasileiro dê a garantia de que os recursos investidos aqui serão feitos em setores altamente rentáveis e de que isso vai consolidar toda a política de infra-estrutura e desenvolvimento do governo brasileiro.

Isso vale para a China também. Quando a Embraer faz um acordo com a China, na perspectiva de produzir...

...Nós temos, ainda, pouca experiência nisso. Os investimentos chineses, no Brasil, ainda são pequenos. Mas nós achamos que o Brasil é um pólo de atração inquestionável para os investidores chineses. E vamos trabalhar para isso.

Jornalista Cláudia, da Agência Reuters: O senhor falou bastante das pressões dos Estados Unidos em várias áreas. Tem uma pressão dos Estados Unidos para que a China desacelere seu crescimento, existem alguns rumores a respeito disso, possíveis medidas do governo para desacelerar o crescimento na China.

Eu queria saber a sua impressão a respeito disso. O senhor acha que esse tipo de pressão e alguma possível medida para desacelerar possa influir nesse relacionamento do Brasil com a China? O senhor tem sentido isso nas conversas que o senhor tem com as autoridades chinesas?

E, só para complementar, uma outra pergunta: o senhor citou que esteve na China, acho que foi em 2000, se não me engano. O senhor esteve como presidente de honra do PT, naquela ocasião. O senhor acha que essa ligação, obviamente, histórica do PT com o Partido Comunista chinês também é uma



questão de proximidade entre os dois países e que incentiva, no seu governo, um entendimento maior? Obrigada.

Presidente: Não, eu não discuto a relação do PT com o Partido Comunista chinês. Acabou de chegar da China uma delegação do PT liderada pelo presidente e companheiro Genoíno. Então, é um problema do Partido.

Veja, eu não acho que os Estados Unidos façam pressão. Os Estados Unidos fazem as coisas que interessam a eles, Estados Unidos. Vocês nunca me viram condenar nem os Estados Unidos nem a União Européia por defender os seus interesses. O que eu reivindico é que nós defendamos os nossos interesses.

Lamentavelmente, no Brasil, de vez em quando, aparecem algumas pessoas que acham que o Brasil não tem que ter independência, não tem que ter altivez, que precisa aceitar tudo o que os outros impõem, e que não pode brigar.

Nós acabamos de ter uma vitória extraordinária na OMC contra os Estados Unidos, na questão do algodão. Havia gente no Brasil que, historicamente, não queria que o Brasil brigasse: “Não compensa, porque os Estados Unidos são muito fortes”. As coisas não são assim. Nós brigamos e ganhamos, dentro do marco legal, determinado pela Organização Mundial do Comércio. Os Estados Unidos, agora, vão recorrer, vão brigar, mas é um direito deles. E nós precisamos brigar pelos nossos interesses.

Eu acho que cada país tem que lutar, de forma incessante, para consolidar os seus interesses. Nós é que precisamos ter altivez e lutar pelos nossos interesses. É isso que nós estamos fazendo. Não existe subalternidade. Nós queremos dizer: somos iguais, queremos respeitar os interesses de todo mundo e queremos ser respeitados.

Não sei se a China estará subordinada a qualquer pressão americana. Não sei. Eu acho que a China tem os seus interesses. E eu não tenho dúvida



nenhuma que, em última hipótese, vão prevalecer os interesses de 1 bilhão e 300 milhões de chineses.

Jornalista Jorge, da France Presse: Presidente, eu queria falar dos acordos possíveis entre Mercosul e China. Acordo de livre comércio: quais são as possibilidades que podem existir, em particular o problema do Paraguai, que é o único país que não tem relações diplomáticas com Pequim. Como isso poderia interferir ou qual poderia ser o papel do Brasil para aproximar a China Popular, Pequim, do governo paraguaio?

Presidente: É uma questão diplomática, eu vou pedir para o nosso Itamaraty responder a essa pergunta.

Ministro Celso Amorim: Há entendimentos em curso entre o Mercosul e a China, inclusive, entendimentos de alto nível que envolvem todos os países da região do Mercosul.

Evidentemente que nós, como temos excelentes relações com a China, e como o Paraguai é nosso parceiro, nós gostaríamos muito de ver e de contribuir para que as relações do Paraguai com a China fossem similares às nossas.

Agora, obviamente, essa é uma decisão soberana do governo paraguaio. A nossa contribuição tem que ser através de uma atuação diplomática, respeitando os interesses soberanos de cada país.

Eu creio que, dentro desse quadro, o Paraguai tem dado sinais de que procura melhorar, também, a sua relação com Pequim. Com relação ao Brasil, não há a menor dúvida: uma das frases que eu mais ouvi quando fui, há dois meses atrás, preparar a visita do presidente Lula, é o grande respeito que a China tem pela posição do Brasil, de “uma só China”, com sede em Pequim, e as reiteradas declarações que nós fizemos, inclusive quando houve um



plebiscito em Taiwan. Agora, por outro lado, as relações comerciais também têm o seu curso normal.

Então, eu acho que há uma perspectiva boa de que nós possamos avançar num acordo com a China, semelhante àquele que nós temos com a Índia, e ao que estamos fazendo com a África do Sul. Provavelmente, isso ainda tomará algum tempo, não é algo que será colhido agora, nesse momento. Mas eu acho que essa visita servirá para dar um impulso político a esses entendimentos. Aliás, o presidente da Argentina também deve ir à China em breve, e isso também deverá ajudar nesse sentido.

_____ : (inaudível)

Ministro Celso Amorim: Eu não posso falar pelo governo paraguaio, o governo paraguaio fala por ele.

Jornalista: (inaudível)

Ministro Celso Amorim: Sim, mas eu disse: respeitamos a soberania de cada país, mas temos interesse em aproximar os países, das várias formas, até chegar ao que você disse.

Jornalista: Presidente, boa noite. Com relação, ainda, a essa política externa brasileira: o senhor vem, há tanto tempo, mostrando que há interesse de se desenvolver um bloco de países desenvolvidos, em relação às reivindicações da OMC. A sua viagem também incluiria empresários sul-americanos, do Mercosul? E na volta, o senhor pretenderia, possivelmente, fazer uma reunião entre governantes ou representantes de governo da região com pessoas da região asiática, para um futuro estabelecimento de um acordo de comércio entre as duas regiões?



Presidente: A melhora da relação Brasil-China significa a melhora da relação China-Mercosul. Até porque o Brasil é uma grande porta de entrada para os negócios no Mercosul.

Obviamente, nós temos todo o interesse em incentivar que outros países da América do Sul e da América Latina estreitem essa relação. Eu sairei de Xangai e vou diretamente para Guadalajara, num encontro entre América Latina e União Européia, e lá eu pretendo conversar com os meus parceiros da América Latina sobre a viagem para a China e incentivá-los a visitar a China.

Acho que o Brasil é um bom representante para ajudar que outros países sigam a mesma trajetória do Brasil nessa relação. E o mais importante é convencer os investidores chineses que, ao visitarem o Brasil, também visitem outros países da América do Sul, porque existem outras coisas a serem feitas em outros países. Nós queremos fazer do Mercosul um bloco econômico sólido e forte e, para isso, trabalhamos para fortalecer a economia do Continente.

Jornalista Michael Smith, Agência Bloomberg: Senhor Presidente, queria aprofundar um pouco essa idéia de que o bloco chinês-brasileiro serve como contrapeso às negociações com a Europa e os Estados Unidos.

Qual vai ser o próximo fórum específico, que pensa usar esse bloco para se conseguir melhores termos para o Brasil, como se conseguiu em Cancún? Isso vai ser discutido com o primeiro-ministro chinês, quando se reunirem, no dia 25 de maio?

Presidente: Veja, primeiro, não são apenas Brasil e China. Brasil e China são dois participantes de um conjunto de forças políticas representadas, de um lado, pelo G-20 – formado em Cancún, que junta um bloco de países muito grandes; e, de outro lado, pelo G-3 – que forma Brasil, Índia e África do Sul. Portanto, não são apenas Brasil e China.



E o que nós queremos, na verdade? Nós queremos – e todo mundo sabe, é uma briga histórica nossa – que o mundo desenvolvido flexibilize, sobretudo naqueles produtos em que nós somos mais competitivos, se quisermos identificar em quê, na questão agrícola, que é coisa de interesse dos países em desenvolvimento.

A minha tese é que se nós ficarmos, a vida inteira, apenas reivindicando – você reivindica e eles dizem não – os empecilhos estão colocados na Organização Mundial do Comércio. Da mesma forma que nós temos o direito de reivindicar, eles têm o direito de negar. Por quê? Porque eles têm interesses econômicos e políticos que são tão legítimos quanto os interesses que reivindicamos. Correto?

Então, o que nós queremos? O que nós queremos é criar uma força política capaz de fazer com que tenhamos votos suficientes na Organização Mundial do Comércio, para que, de forma democrática, a gente faça com que os mercados deles se abram para os mercados dos países emergentes. É apenas o exercício da democracia na sua total plenitude, ou seja, um jogo de maioria, quem tiver mais votos, ganha. E nós queremos ter mais votos. Por isso, estamos fazendo alianças com outros países.

Jornalista Vivian Sequera – Agência Associated Press: O senhor Presidente falou já muitas vezes sobre essa parceria China-Brasil, como agora, um novo bloco, uma nova força. Eu perguntaria ao senhor: já não interessa ao Brasil uma parceria diferente com os Estados Unidos? Como é a relação com os Estados Unidos?

Presidente: Primeiro, nós temos uma relação privilegiada com os Estados Unidos. Eu diria que o problema é que a nossa relação com os Estados Unidos e com a União Européia é tão consolidada e tão forte que o espaço de crescimento vai se estreitando cada vez mais, porque nós já chegamos a um



limite, nossa relação comercial chega a 52% de tudo que nós exportamos. Portanto, vai diminuindo a possibilidade, porque já temos muito. O que nós queremos é que, nos produtos em que tenhamos mais competitividade, que seja flexibilizado.

Jornalista: Em termos políticos, o Presidente acha que ainda tem alguma coisa que melhorar, alguma coisa que discutir, de igual para igual, ou por debaixo (...) com os Estados Unidos?

Presidente: O Brasil tem uma relação política histórica saudável com os Estados Unidos. E queremos aperfeiçoá-la cada vez mais.

Jornalista: Presidente, ainda falando sobre as parcerias, o senhor abriu a entrevista falando da multiplicidade de parcerias, não apenas política, mas comercial. E, nos seus discursos pela América do Sul, o senhor tem falado da integração física, também. Eu pergunto: a China poderia ser um potencial investidor, um potencial parceiro nessa integração física?

E a segunda pergunta seria com relação ao seminário da pobreza. O senhor também falou da similaridade de pensamentos entre o senhor e o Presidente da China. Eu perguntaria: que proposição o governo brasileiro vai levar com relação ao impasse entre o superávit fiscal, responsabilidade fiscal e responsabilidade social a esse seminário que vocês participam, e se é possível retomar a idéia do Fundo da Pobreza, que o senhor propôs já no G-8, no ano passado?

Presidente: Eu vou começar pela questão do Fundo da Pobreza. O que eu pretendo é levar para o debate a nossa experiência. Nós temos uma proposta que é muito bem-sucedida. Nós, de fevereiro de 2003 até agora, vamos chegar ao mês de junho com, praticamente, 4 milhões e meio de famílias atendidas



pelo programa Bolsa Família, que engloba o programa Fome Zero e o programa Bolsa Escola. Em junho, nós pretendemos chegar a 4 milhões e meio de famílias. Pretendemos chegar, em dezembro, a 6 milhões e meio de famílias, totalizando 6 bilhões e meio de reais.

Nós achamos que essa experiência é a mais bem-sucedida de todas as políticas sociais feitas até agora no país. E queremos chegar ao final do mandato com aquilo que nós nos propusemos a fazer, atendendo aos 11 milhões de famílias que estão abaixo da linha da pobreza.

E, obviamente, nós vamos discutir o Fundo de Combate à Pobreza. Nós temos uma comissão técnica trabalhando entre França, Brasil e Chile. O presidente do Conselho de Ministros da Espanha já nos telefonou, dizendo que gostaria de participar desde o início desse processo. Nós pretendemos, na véspera da abertura do Congresso das Nações Unidas, fazer um encontro de vários chefes de Estado, onde nós pretendemos não só discutir, mas consolidar uma proposta.

Nós queremos que esse Fundo seja criado da forma mais democrática possível e, por isso, nós queremos ouvir o maior número de opiniões possível. Então, isso vai ser levado, vou dizer isso ao Presidente da China e vou ver que políticas sociais eles têm na China, porque nós queremos fazer essa troca de experiências.

É lógico que essa viagem para a China tem muito a ver com os nossos interesses de estreitar essa integração política e cultural que nós temos com a América do Sul, com a integração física. Até porque nós achamos que, hoje, todos nós estamos mais convencidos de que a palavra “integração” pressupõe integração física, e todos nós estamos pensando num mecanismo para arrumar os recursos necessários para fazer essa integração.

Isso, para nós, é sagrado; sem isso, a integração será muito mais retórica. Nós queremos fazer uma integração concreta e objetiva.



Jornalista Fernando Rodrigues – Folha de S. Paulo: Presidente, há um convite do Japão para que o senhor visite este país também? Foi cogitado fazer junto com esta viagem? Quando o senhor pretende visitar o Japão? A China, agora, é o principal parceiro do Brasil nessa região? Queria que o senhor falasse um pouco sobre isso. O Japão foi, no passado. E se há uma previsão de visita.

A outra coisa é: dados os últimos solavancos, essas tremedeiras na economia mundial, na última semana, em virtude da decisão possível do Banco Central americano de levantar os juros, enfim, houve uma certa trepidação por aqui também e o real se desvalorizou perante o dólar, fechando acima de 3, ontem; hoje, também, há uma certa desvalorização. Em que medida esse tipo de alteração também no cenário econômico brasileiro, por conta do fator externo, vai interferir nesse até bom desempenho que houve, até agora, nas exportações brasileiras, depois dessas viagens para todos esses países, daqui para a frente?

Presidente: Olhe, primeiro, o dólar subir um centavo a mais ou um a menos, tem gente rindo, tem gente preocupada. Para nós, não existe nada que venha a nos preocupar. Essas oscilações de mercado, em função do que o Banco Central americano possa tomar de posição, é uma coisa que já está digerida por nós.

Nós estamos conscientes de que o Brasil entrou na rota do crescimento, estamos conscientes de que é um crescimento sustentável e que não haverá retrocessos. Nós vamos crescer, daqui para a frente, cada vez mais. Nós estamos com algumas coisas pendentes ainda no Congresso Nacional, que, se forem aprovadas (a Lei de Falências, o PPP, a regulação do saneamento básico), vamos ter possibilidades enormes de investimentos privados no nosso país. Estamos tranquilos e isso está pronto.

E nós vamos trabalhar com a tranquilidade de que o Brasil não será



pego de surpresa, até porque todos nós, três meses atrás, já discutíamos a hipótese do aumento dos juros americanos.

Jornalista: Digeridos? Como assim, Presidente?

Presidente: Já sabíamos o que ia acontecer. Ninguém foi pego de sobressalto. Não é nenhuma novidade.

O que não podemos é tomar nenhuma atitude precipitada que signifique que, a cada dia que virmos a Bolsa de Valores caindo ou o dólar subindo, a gente vá anunciar um pacote econômico.

O mercado sabe – e, se for inteligente, deve saber muito mais – que o Brasil é um bom negócio. E quem tiver medo vai perder dinheiro por não investir no Brasil.

Ministro Celso Amorim: Eu queria complementar, se você me permitir. Existe, efetivamente, um convite para o Presidente Lula ir ao Japão. Bom, claro que isso é ele quem deverá dizer. Mas, em princípio, estamos pensando, na primavera do hemisfério Norte, vamos dizer, do ano que vem. As relações não são excludentes. Obviamente, como foi assinalado, a China é hoje um parceiro, digamos, de maior peso, mas isso não exclui que também haja grande interesse nas relações com o Japão.

Aliás, eu, há pouco, estive na China e no Japão, por instrução do Presidente da República e fui portador de um convite ao primeiro-ministro Koizumi, que se revelou muito interessado também pelo Brasil. É uma questão, também, de acertarmos datas. Devo dizer que acho, até, que há uma redescoberta do Japão em relação ao Brasil. Ouvi muito, lá, falar que era preciso voltar a ter um tipo de investimento, como na década de 70, que o Japão investiu muito.



Jornalista: Queriam que o Presidente fosse agora?

Ministro Celso Amorim: O que nós achamos e o que foi dito lá é que o Japão é um país importante demais também para ser, digamos, o complemento de uma visita. Essa visita é uma visita à China. No momento adequado, se fará uma visita ao Japão.

Presidente: Vamos dizer só o seguinte: a diplomacia internacional exige um certo requinte, ou seja, não é prudente ir a um país da importância do Japão como complemento de uma viagem à China, nem ir a uma viagem à China como complemento de uma viagem ao Japão. São dois países importantes e nós temos que dar a importância devida a cada um.

Então, vamos ao Japão no ano que vem, porque temos muito interesse na relação com o Japão. E eu tenho certeza de que o Japão, certamente, por todos os empresários japoneses que eu recebi neste ano, aqui, tem interesse em ter uma política mais positiva na relação com o Brasil. Nós estamos trabalhando muito com a hipótese da assinatura do acordo de Kioto, em que tanto a questão do etanol quanto a questão do biodiesel podem ser elementos extraordinários para que o Brasil possa adentrar esse mundo desenvolvido, que tantos carros tem e que tanta poluição fazem.

Jornalista Karla Correa – Gazeta Mercantil: Presidente, eu estava dando uma olhada na pauta de exportações do Brasil para a China e a maior parte, a presença mais forte é de produtos primários, é matéria-prima. Eu queria saber se existe, no governo brasileiro, algum movimento em direção a mudar o perfil dessa pauta, incluir valor agregado, ou se a estratégia é manter e fortalecer a presença desses produtos na pauta?



Presidente: Eu não sei se me fiz entender, mas quando eu li para vocês a relação dos setores econômicos que vão, foi para mostrar a diversidade de pessoas que vão e mostrar que a gente não quer ser um mero exportador de produtos *in natura* para a China. Nós queremos exportar tecnologia, exportar conhecimento e também receber tecnologia e conhecimento. E nós estamos levando – só para vocês terem idéia, só nessa relação, aqui, pequena – nós estamos levando, praticamente, quinze grupos econômicos diferentes, que vai da tecnologia da informação e comunicação a alimentos, do couro, calçado, pesca, área espacial e moda a móveis. Ou seja, nós queremos mostrar para China o que nós temos. Nós não temos apenas minério de ferro, apenas soja, temos muito mais do que isso.

Jornalista Cristina Lemos – TV Record: Queria perguntar ao senhor a respeito da questão política propriamente dita. A gente tem acompanhado o senhor em viagens como, por exemplo, a Cuba, à Líbia e a países que não têm liberdade política, que não vivem em uma democracia. Eu queria saber se o senhor vai se posicionar sobre o regime na China? O senhor, normalmente, alega que não tem o que dizer no que diz respeito a isso, porque não interferiria, enfim, no livre arbítrio dos países. Mas eu queria saber se o argumento econômico se sobrepõe à sua história pessoal de político democrata e que é, hoje, uma das 100 personalidades mais importantes do planeta. Eu queria saber se não caberia o senhor se colocar a respeito desse assunto?

Só para complementar: uma coisa que me intriga, na sua política externa, é o fato de o senhor escolher extremos, do outro lado planeta, provavelmente não ignorando, talvez não levando em conta, uma dificuldade elementar que é a distância; ou seja, eu tento acreditar na política externa do senhor, mas quando vejo o senhor negociar com o outro lado do globo, com as dificuldades que existem, com a Índia, com o Oriente Médio, eu gostaria que o



senhor explicasse qual é o realismo desses contatos para saber se eles vão frutificar, do ponto de vista econômico.

Presidente: Os números que eu citei aqui, por si só seriam uma resposta extraordinária. Veja, hoje, no comércio exterior, a distância não significa muito. Porque se, antigamente, você tinha um navio que carregava 50 mil toneladas, hoje você tem um navio que carrega 600 mil toneladas, 300 mil toneladas, 400 mil toneladas. Hoje, com as rotas que estão sendo estudadas por cada país, tem diminuído sistematicamente o valor do frete dos países. E nós achamos que isso não tem nenhum problema. Hoje, com o crescimento da produção nos países desenvolvidos e com os navios modernos que se tem, com os meios de transportes mais sofisticados, mesmo internamente – nós precisamos modernizar os nossos – isso se torna muito barato.

Não tem nenhum problema, hoje, porque nós estamos discutindo uma rota, como a China que, possivelmente, será a próxima rota a ser utilizada pelos navegadores dos próximos anos, em que você não precisa ir para o Pacífico para ir à China, você pode dar a volta pela África do Sul. Ou seja, você vai economizar, você vai ganhar, por tonelada, você vai economizar praticamente dois terços do preço, você vai fazer um frete muito mais barato do que faz hoje, pelo crescimento do navio, pela quantidade de carga que se carrega no navio e pela mudança de rota.

Eu acho que, hoje, não tem mais distância no mundo comercial. A distância, efetivamente, depois que se inventou o container, é aumentar a quantidade de coisas que se vende, o que fica barato. Se fosse há 100 anos, realmente nós ficaríamos só com os países aqui perto, mas com a tecnologia e com a modernização dos sistemas dos transportes, hoje, tanto faz levar para o Equador ou levar para a China. Obviamente, aumenta-se a quantidade e o preço torna-se muito mais baixo por tonelada, isso está provado. E é por isso



que nós vamos querer ir, se tiver algum lugar mais longe do que a China, porque achamos que isso vai dar ganhos em dólares para o nosso país.

Sobre a questão dos extremos, a questão da Líbia, a questão dos direitos humanos, eu tenho como norma achar que os problemas políticos internos de cada país devem ser resolvidos pelo país. Isso vale para Alemanha, para a França, para os Estados Unidos, para Cuba, para a China, para o Paraguai, para o Uruguai, vale para nós. Cada país deve resolver os seus problemas políticos sem que haja ingerência de qualquer outro país. É por isso que eu acho que nós mantemos uma boa relação com todo o mundo; é por isso que o Brasil está se consolidando como uma boa referência para aglutinar em torno de si tantos países que querem mudar um pouco a lógica da economia mundial. E vai ser assim. Vai continuar.

Muitas vezes, nós agimos sem respeito à nossa auto-estima. Eu me lembro, quando fui à Líbia, da quantidade de críticas que recebi e a quantidade de editoriais, porque fui à Líbia me encontrar com o Kadafi. Isso era uma coisa proibida, onde já se viu!

Aí, quando vai o Tony Blair ou o Chirac, isso é vendido como uma coisa fantástica, moderna, política. Essa pequenez de comportamento é que faz com que, muitas vezes, não saíamos do Terceiro Mundo, do ponto de vista econômico, do ponto de vista político. Então, eu acho que o Brasil está na linha correta e vamos continuar assim.

Ministro Celso Amorim: Só para ilustrar o ponto que você perguntou, Cristina, acho que a China é a melhor ilustração. Quando primeiro se falou – o Presidente estava na oposição e, por acaso, eu estava no governo do presidente Itamar Franco – quando primeiro se falou na parceria estratégica, o comércio entre os dois países era de um bilhão de dólares; hoje, são oito. Então, isso é a resposta mais imediata e direta a essa pergunta que você fez sobre a possibilidade de aumento do comércio.



E o segundo ponto, que eu acho que tem que ser mencionado também, é que eu acho que não é correto dizer que nós estamos nos descuidando do que é próximo. Uma das grandes ênfases – e não é retórica – uma ênfase concreta da política externa do presidente Lula tem sido a integração da América do Sul. E nós logramos fazer agora um acordo entre todos os países, praticamente, da América do Sul...

Jornalista: ... trancando a pauta, como é que eles reagiram e se eles prometeram ao senhor que esse projeto estará votado até o dia da sua viagem.

E eu soube também, por intermédio de alguns políticos, que o senhor pretende ir para a China já com um pacote de crescimento anunciado no Brasil, ainda nesta semana, como a revisão da tabela do Imposto de Renda. Eu queria saber se o senhor discutiu isso com o ministro Palocci e com o ministro José Dirceu.

Presidente: Eu te parablenizo, porque você sabe de coisas que eu não sei. Vou começar a pedir informações para você.

Amanhã eu tenho uma conversa com os líderes da Câmara. O que eu tenho ponderado para os líderes é que nós temos alguns projetos que são tão importantes para o desenvolvimento do Brasil quanto a redução da taxa de juros. Por quê? Porque são instrumentos que facilitam a parceria e o investimento da iniciativa privada brasileira e internacional.

E o que eu quis mostrar para eles é que eu gostaria que isso fosse aprovado o mais rápido possível porque, depois de aprovado o PPP, vai-se começar a discuti-lo, a conversar com os empresários e pode-se demorar algum tempo para se fazer o primeiro PPP.

Nós temos, na Câmara, um projeto que muda a regra do jogo de financiamento do sistema financeiro no setor imobiliário, que é uma grande novidade para o Brasil, que pode ser a grande novidade para a construção civil



brasileira, que é receber do sistema financeiro investimentos que há mais de vinte anos não se recebe. E quanto mais depressa isso for aprovado, mais chances nós temos de fazer negócios.

Então, a minha conversa com os líderes no Senado foi essa e com os líderes na Câmara vai ser essa, amanhã. Obviamente, eu gostaria imensamente de, ao chegar à China, já ter votado todas essas leis, porque isso poderia ser um instrumento para mostrar aos investidores estrangeiros os marcos regulatórios a que eles estarão se submetendo, ao fazer acordos comerciais com o Brasil.

Jornalista Gilberto Scafield – O Globo: Presidente, eu queria saber um pouco mais sobre a cooperação científico-tecnológica. O senhor tem detalhes sobre essa parceria? O que vai se discutir, efetivamente?

Presidente: É tudo.

Jornalista Gilberto Scafield – O Globo: E um pouquinho também dessa questão de Defesa, que não ficou muito clara. Quer dizer, o Ministro vai depois, para conversar sobre isso?

Presidente: O Viegas já foi à China. Deixe eu lhe dar um dado: Brasil e China mantêm parceria exemplar em área estratégica de alta tecnologia, o programa conjunto de satélites sino-brasileiros de recursos terrestres. Dois satélites já estão em funcionamento e já existe um protocolo que permite o lançamento dos satélites 3 e 4. A cooperação Brasil-China evoluirá, proximamente, para a venda ou cessão de imagens de sensoriamento remoto dos satélites para terceiros países. Esse é apenas um dado.

Jornalista: (...) base de Alcântara (...)



Presidente: É possível. Veja, negociando, nós poderemos chegar a acordos que possam até incluir Alcântara.

Mas eu queria dizer uma coisa: quando fui à China, uma coisa que me impressionou foi a parceria entre a universidade e as empresas, ou seja, a pesquisa científica e acadêmica, transformada em produtos industrializados. É uma parceria extraordinária, a ponto de as empresas contribuírem, de forma decisiva, para que tenha mais potencial de investimento em pesquisa nas universidades.

Nós fizemos uma reunião do Conselho de Ciência e Tecnologia, na semana passada, e estamos convencidos de que temos muito a colocar em prática, no Brasil, da experiência bem-sucedida da China, ou seja, transformar as nossas pesquisas científicas em produtos concretos para gerar riquezas, para gerar empregos e para gerar valor agregado às coisas que o Brasil exporta.

Então, acho que, no campo científico e tecnológico, é uma coisa que não tem limite, porque vai da biodiversidade da Amazônia à questão espacial.

Ministro Celso Amorim: Se me permitirem, há dois pontos concretos que foram tocados durante a minha visita preparatória: um é *software* – houve grande interesse dos próprios empresários brasileiros de *software* em desenvolver projetos com os chineses que envolvem tanto a parte científico-tecnológica quanto a parte empresarial; e o outro é o etanol – o Presidente mencionou antes, e há grande interesse da China na possibilidade de desenvolver também fontes limpas.

Você mencionou o ministro Viegas. Eu estive lá na seqüência da visita do ministro Viegas. Eles têm o Ministério da Tecnologia civil e militar, porque muitas das tecnologias são de uso duplo. E há um grande interesse em cooperar em várias áreas que terão que ser discutidas a médio prazo.



Jornalista Cynthia Malta – Valor Econômico: Eu queria fazer duas perguntas. Uma é sobre essa reunião que o senhor teve hoje com os líderes. Quase não está sobrando nada para perguntar sobre China. O senhor vai viajar tranquilo em relação ao salário mínimo? Porque havia uma preocupação de que no Senado pudesse mudar, não é? O senhor vai viajar tranquilo para a China em relação a isso?

Presidente: Eu vou.

Jornalista Cynthia Malta – Valor Econômico: Vai?

Presidente: Vou. E por que vou viajar tranquilo? Não haverá quem não queira fazer do salário mínimo um debate político, um debate eleitoral, porque não apenas o presidente da República, como qualquer cidadão sabe que o salário mínimo de 260 reais não é aquilo que nem os que ganham o salário mínimo gostariam de receber, nem os que dão gostariam de dar.

Acontece que eu só posso fazer dívida do tamanho da receita que eu tenho. E nós temos um problema na Previdência que a reforma não resolve de um ano para o outro. A reforma resolve no médio prazo. Quando nós propusemos a reforma da Previdência, afirmamos que ela vai começar a surtir efeitos daqui a alguns anos, não é de imediato que ela vai surtir efeito. E eu tenho um rombo de 31 bilhões na Previdência, ou seja, eu não tenho como aumentar esse rombo se não tiver uma receita.

Eu acho que os deputados e senadores, que têm total autonomia de tomar decisão, vão agir com o juízo que eles têm, e que não é pouco, e vão discutir. Eles são muito ajuizados, são muito responsáveis e porque eles são muito ajuizados e sabem da responsabilidade que isso significa, vão fazer os discursos que tiverem que fazer, mas, depois, vão ter que decidir. Ao decidirem, eles vão ter que dizer, quem quiser dar mais, de onde vão tirar o



dinheiro.

É simples. Não é difícil. Se eu der mais para uma coisa, tenho que tirar de outra coisa. É só apresentar a fonte que não tem problema. É por isso que eu vou viajar tranquilo.

Jornalista: Se eles aprovarem um salário mínimo maior, o senhor veta?

Presidente: Deixem-me falar uma coisa: eu acho que o Senado e a Câmara têm agido com muita responsabilidade. Eu fui deputado, eu sei do calor do debate político, eu sei da necessidade de as pessoas fazerem os seus discursos. Mas as pessoas também têm noção do que é o Brasil. As pessoas têm noção do que é o Brasil e sabem da situação econômica do Brasil.

Portanto, eu vou viajar tranquilo, com a certeza de que eles farão o melhor para o nosso país.

Jornalista Cristina Lemos – TV Record: Se eles aprovarem maior o senhor veta?

Presidente: Eu não posso anunciar uma decisão dessa, Cristina, até por sensibilidade política.

Jornalista: Presidente, a minha pergunta é sobre a expectativa do Brasil em parcerias com os chineses investidores nas áreas de estrada e siderurgia. O senhor acha que pode sair algum acordo concreto nessas duas áreas? Já tem alguma coisa encaminhada?

Presidente: Olhe, pode sair. Pode sair e é um setor onde as conversas estão muito adiantadas, porque várias delegações chinesas já vieram ao Brasil; várias delegações brasileiras já viajaram à China; já houve encontros entre



empresários chineses e empresários brasileiros e entre os investidores chineses e os investidores brasileiros. E eu acho que nós estamos prontos. Há projetos de ferrovias e de portos que estão bem adiantados.

Eu espero que isso logo se resolva. Essas coisas não vão ser feitas por mim, porque esse acordo não é o Presidente que assina; depois, os investidores chineses e brasileiros irão assinar; eu apenas irei dar os parabéns para eles e fazer o papel do porta-estandarte, porta-bandeira dos empresários.

Jornalista: (...) inclusive a saída para o Pacífico nessa questão?

Presidente: Pode entrar.

Jornalista Lourival Santana – O Estado de S. Paulo: Presidente, às vésperas de uma viagem tão importante como essa, e a julgar pela reação irada do governo brasileiro, o senhor acha que um artigo como aquele que saiu no *New York Times* prejudica a sua imagem, o seu trabalho?

Presidente: Primeiro, não peça para o Presidente responder a uma sandice daquela. Segundo, certamente, o autor daquilo, que não me conhece, que eu não conheço, deve estar hoje mais preocupado do que eu. Só isso.

Jornalista: Por que, Presidente? Por causa do processo?

Presidente: Não. Eu não comento. Isso, quem comenta é o Ministério da Justiça. O governo brasileiro deve tomar as decisões que a lei permitir que tome. Eu só acho que não merece resposta. Merece uma ação.

Secretário de Imprensa Ricardo Kotscho: Pessoal, são oito horas da noite. Acho que todo mundo precisa ir embora. Muito obrigado a todos e até a



próxima.